COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2003

Acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º ao art. 54, da Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Autor: Deputado PAES LANDIM

VOTO EM SEPARADO

DEPUTADO VALTENIR PEREIRA

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Paes Landim, pretende acrescentar os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º ao artigo 54 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), dando a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 54, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos § 5º a 8º seguintes:

“§ 5º - Quando o contrato for registrado em cartório de títulos e documentos ou constar de edital ou de meio público de divulgação, bastará ao fornecedor entregar, por escrito, as informações de que trata o art. 52 ao consumidor e a este assinar o termo de adesão, para se celebrar o pacto.

§ 6º - É permitida a exigência de emissão ou aceite de título de crédito pelo consumidor em garantia da dívida por ele assumida, porém a cobrança e execução se restringirão ao valor efetivamente não pago e proporcional ao tempo de utilização ou de disponibilidade do serviço ou bem adquirido, com os acréscimos permitidos por lei.

§ 7º - Em caso de desistência do consumidor antes de usar o bem ou ter início a prestação efetiva do serviço, não poderá ser retido pelo fornecedor, a título de arras, arrendimento ou indenização de despesas, mais que 20% (vinte por cento) do valor que já houver recebido.

§ 8º - Não se tratando de contrato de adesão, prevalecerá o que for contratado pelas partes.”

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o Autor defende a iniciativa asseverando que “o contrato de adesão, por não deixar ao consumidor a opção de discutir suas condições, precisa ter bem definida a solução para problemas mais comuns que causam conflitos às partes, resguardando os interesses de quem adquire os bens ou serviços sem deixar o fornecedor ao arbítrio de interpretações aleatórias ou sem receber o que é justo, de modo a não causar maiores prejuízos às partes. Da mesma forma, a norma deve evitar expedientes que visem à inadimplência proposital”.

Na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) a proposta foi aprovada, com emendas.

Na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), o relator, o deputado Jonival Lucas Junior, apresentou voto pela aprovação do Projeto de Lei, também com emendas.

Usando da faculdade assegurada regimentalmente e com as vênias de estilo, aproveito a oportunidade para externar minha opinião divergente a do Relator, que ora expresso no presente voto em separado.

Em que pese a louvável preocupação do Autor da matéria, com a qual me solidarizo, parece-me, contudo, que a proposição em exame não encontra respaldo constitucional e jurídico para prosperar da forma como fora formulada.

No que concerne à constitucionalidade formal, os artigos 22, inciso I e 24, inciso V da Constituição da República atribuem à União a competência para legislar sobre direito civil e produção e consumo, respectivamente.

Assim, pode o Congresso Nacional, nos termos do *caput* dos artigos 48 e 61 da Constituição da República, dispor sobre a matéria ventilada. Nada a reparar, portanto, neste ponto.

Todavia, quanto à constitucionalidade material, a proposta infelizmente não observa os postulados da Carta Magna que garantem proteção ao consumidor, a saber, os artigos 5º, inciso XXXII e 170, inciso V.

No mérito, cumpre observar que tanto o projeto original, quanto as emendas aprovadas na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) estabelecem que:

- a)** os contratos registrados em cartório ou constantes de meios públicos de divulgação dispensariam a concessão da via ao consumidor (§ 6º)
- b)** o consumidor poderá assinar título no qual assumira dívida (§ 7º) e;
- c)** em caso de desistência do consumidor, o fornecedor possa reter, a título de arras, até 20% (vinte por cento) do valor recebido (§ 8º).

Ocorre que o disposto no projeto não se coaduna com o espírito da Lei 8.078/90 que é o de proteger o consumidor, notadamente a redação dada pelo § 8º que se pretende incluir, possibilitando ao fornecedor penalizar o comprador, retendo, a título de arras, até 20% (vinte por cento) do valor pago.

Cumpra observar que os direitos consumeristas são de natureza indisponível, vez que dotados de proteção constitucional.

Ademais, a natureza principiológica do Código de Defesa do Consumidor, não coaduna com as alterações propostas, o que afrontaria a boa técnica legislativa.

Sendo essas as considerações que entendo cabíveis e que espero venham a contribuir para a discussão da matéria, manifesto meu voto pela inconstitucionalidade e ausência de boa técnica do projeto de Lei nº 435, de 2003, incluindo as emendas acolhidas pelo nobre Relator, tendo por prejudicada a análise dos demais aspectos pertinentes a esta Comissão.

Sala da Comissão, em   de   de 2015.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**